

O Papel Fundamental da Libras na Educação Inclusiva e na Formação Continuada do Professor

Alana Carla de Pontes Silva Ormastroni¹

Prof. Me. Victor Hugo Scanavachi Dias²

Resumo

O presente estudo busca explorar a importância do ensino da Libras – Língua Brasileira de Sinais como intermediário para a inserção da comunidade surda na nossa sociedade, destacando seu papel crucial no pleno desenvolvimento de alunos surdos, especialmente nos contextos educacionais. Deste modo, buscamos analisar a necessidade da incorporação do ensino de Libras em salas de aulas regulares, sobretudo em escolas públicas, sejam elas municipais ou estaduais, demonstrando enfaticamente a necessidade de uma formação continuada para os professores, para que sejam os pilares fundamentais dessa inserção educacional de alunos surdos na sociedade oralizada. Para isto, fizemos uso de uma metodologia qualitativa e bibliográfica, analisando trabalhos acadêmicos de extremo prestígio – muitas vezes pioneiros, já que a questão dos surdos sempre foi negligenciada pela área – e rigor científico, verificando quais são os consensos acadêmicos acerca da atual abordagem pedagógica e, mais importante, o que pensam os egressos surdos sobre o percurso educacional regular que tiveram em sua juventude. Com base nos resultados de nossa análise, vê-se um posicionamento muito bem fundamentado pelos pioneiros dos Estudos Surdos que há uma necessidade urgente de políticas educacionais públicas em macro e microescala para que os surdos sejam realmente amparados pedagogicamente no processo de ensino-aprendizagem. Verificamos, também, que os egressos surdos, isto é, pessoas surdas que passaram pelo ensino regular sem intérprete, não obtiveram nenhum tipo de formação real no que se refere aos conteúdos estabelecidos pelas diretrizes educacionais. Esperamos que o presente trabalho traga luz a um problema muitas vezes negligenciado pelos próprios profissionais da área.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais; Estudos Surdos; Pedagogia; Ensino-aprendizagem.

¹ Graduanda em Pedagogia no centro Regional Universitário e Espírito Santo do Pinhal

² Mestre em Linguística pela UNESP – FCLAr; Bacharel em Linguística pela UFSCAR; Professor do curso de Letras da Unipinhal.

1 Introdução

Saber se comunicar é uma das habilidades mais importantes para o progresso humano. Ela tem um papel fundamental na nossa capacidade de adquirir conhecimento, compreender o mundo ao nosso redor e nos relacionar com as outras pessoas (DIAS, 2019). Muito já se discutiu e ainda se discute sobre a comunicação, suas funções, sua finalidade e sua responsabilidade no desenvolvimento humano, mas fato inegável é que é através dela que construímos pontes entre indivíduos e culturas, compartilhamos experiências e transmitimos valores (OLIVEIRA, 2018). No entanto, para um segmento significativo da população, a comunicação pode se tornar um desafio devido à barreira linguística que separa a comunidade surda do restante da sociedade.

Conforme as informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a parcela da população brasileira composta por indivíduos surdos é de 5% (IBGE, 2012), o equivalente a mais de 10 milhões de pessoas. Assim como ocorre com outras minorias no país, esse grupo enfrenta diariamente situações de preconceito, o que impacta significativamente a interação social das pessoas surdas, especialmente no contexto educacional. O que prejudica ainda mais esse impasse é o fato de as pessoas conceberem a língua como algo que possua obrigatoriamente uma modalidade de fala oral, isto é, em sons produzidos pelo aparelho fonador, o que se refuta justamente por conta das línguas de sinais.

A Língua Brasileira de Sinais, mais conhecida como Libras, exerce um papel transformador na vida de milhões de pessoas surdas no Brasil. É muito mais que uma ferramenta de comunicação; é uma expressão rica e única da cultura surda, que permite a esse público se expressar plenamente e se envolver com o mundo que os cerca (QUADROS, 2008). Segundo Fernandes (2018) a Libras não supera apenas as barreiras de comunicação, mas também proporciona acesso à aprendizagem, à informação e à participação ativa na sociedade.

A questão central abordada é a necessidade de superar a barreira linguística e promover a inclusão de alunos surdos nas escolas regulares, garantindo que a

comunicação seja facilitada de maneira apropriada e acessível, destacando a importância da Libras como uma ferramenta vital para a comunicação da comunidade surda e ressaltando seu papel como crucial na educação inclusiva. Além disso, enfatiza-se a necessidade de formação continuada de professores em Libras como um fator-chave para tornar a inclusão verdadeiramente eficaz.

A falta de acesso a uma língua adequada, como a Libras, pode limitar a capacidade desses alunos de adquirir conhecimento, compreender o mundo ao seu redor e se relacionar com os outros (QUADROS, 2006). Além disso, a ausência de comunicação eficaz pode afetar negativamente sua educação e seu desenvolvimento cognitivo (REGO, 2013). A inclusão de educandos surdos nas escolas regulares é um passo fundamental em direção a uma sociedade mais igualitária e inclusiva, mas essa inclusão só pode ser verdadeiramente eficaz se houver comunicação, isto é, se uma pessoa surda que possui apenas a Libras como língua consiga conversar com outra pessoa que também saiba falar Libras.

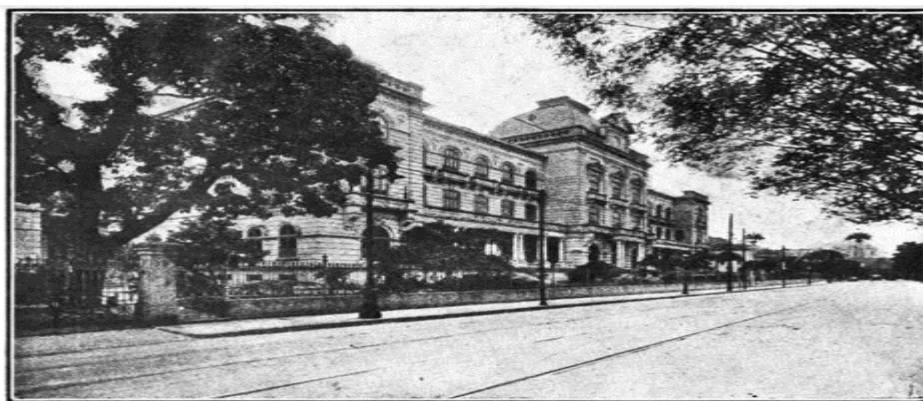
Em suma, este artigo buscou destacar o quanto é importante o acesso de uma comunidade específica a uma língua materna própria daquele grupo, garantindo acesso aos direitos básicos que qualquer cidadão possui. Também buscamos destacar que é fundamental incluir a língua brasileira de sinais na educação de todos, inclusive dos professores. Há um grande equívoco sobre a inclusão no que se refere à educação, equívoco este que acontece por conta da falta de representatividade surda em toda e qualquer esfera da sociedade. Ora, se a porcentagem de surdos na população brasileira é de 5% e essa condição tem incidência quase totalmente congênita, isso significa, na média, que em cada cidade do país há 5% de pessoas surdas. Uma cidade com 50 mil habitantes, por exemplo, possui em média 2500 pessoas surdas, porém uma rápida volta por qualquer cidade demonstra um quadro problemático: não há alunos surdos nas escolas; não existem pessoas surdas trabalhando nos estabelecimentos; não há pessoas surdas atuando como funcionários públicos; não existem pessoas surdas nas universidades. Se está estatisticamente correto que a cidade possui cerca de 2500 pessoas surdas, onde estão elas? A realidade é um pouco triste: estão às margens da sociedade, porque são cerceadas pela comunicação, não conseguindo adentrar nas escolas, nas universidades, no mercado de trabalho, nos eventos de lazer, em local algum, na realidade.

Para discorrer sobre os problemas sociais da falta de domínio da Libras pela população brasileira, esta pesquisa abordou um extenso levantamento bibliográfico em fontes acadêmicas, literatura especializada e documentos relevantes sobre a Libras, comunicação, educação inclusiva e formação de professores. Dentre estas fontes, utilizamos livros, artigos acadêmicos e relatórios governamentais, todos tendo fornecido informações detalhadas sobre a história e a estrutura da Libras, bem como sua importância na aquisição de conhecimento e no desenvolvimento cognitivo de indivíduos surdos. No que se refere à fundamentação teórica, nos amparamos nos estudos e nas reflexões desenvolvidas por especialistas e pioneiros dos Estudos Surdos no Brasil, como Eulalia Fernandes (1990, 2000), Lucinda F. Brito (1993) e Ronice M. Quadros (1997); no que tange às práticas pedagógicas no processo de alfabetização da criança surda, nos amparamos nos trabalhos de Maria C. R. de Góes (1999) e Regina M. de Souza (1998); sobre a situação das políticas públicas na educação de surdos, o maior nome até os dias de hoje é o de Carlos Skliar (1995, 1997a., 1999a, 2001). Essa abordagem nos permitiu construir uma base sólida de conhecimento para analisar e discutir os aspectos abordados neste artigo.

2 A Língua Brasileira de Sinais

Para Mori e Sander (2015), a história da Língua Brasileira de Sinais está profundamente interligada com o desenvolvimento da educação para surdos no Brasil, tendo Dom Pedro II desempenhado um papel de destaque nesse contexto. Sua motivação para se engajar nessa causa foi singular, surgindo a partir de uma situação pessoal: seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans (Conde d'Eu), esposo de sua segunda filha, a Princesa Isabel, era parcialmente surdo.

Figura 1: Instituto Nacional de Surdos-Mudos, 1857



Fonte: Veja Rio, 2017.

Movido por essa sensibilização, o imperador tomou medidas significativas para aprimorar a educação e a inclusão dos surdos no país. Em 1855, ele estendeu um convite a Ernest Huet, um educador surdo francês, e sua esposa, com o propósito de estabelecê-los no Brasil visando à criação de uma instituição dedicada à educação dos surdos. Desta maneira, em 26 de setembro de 1857, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (Fig. 1) foi oficialmente fundado na cidade do Rio de Janeiro (MORI; SANDER, 2015). Vale ressaltar que o instituto teve seu nome modificado para refletir uma abordagem mais inclusiva e educacional por meio da Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957, tornando-se o Instituto Nacional de Educação de Surdos, conhecido atualmente como INES (BRASIL, 1957), sendo a “primeira instituição no Brasil que atende exclusivamente pessoas surdas, além de oferecer o ensino [...] oportuniza a formação de profissionais para atuarem na área de educação de surdos” (QUADROS, 2008).

A Libras começou a se desenvolver em paralelo com o INES, constituindo-se como uma língua que une elementos da Língua Francesa de Sinais com sinais já empregados pela comunidade surda brasileira (MORI; SANDER, 2015). Entretanto, em 1880, um congresso internacional sobre surdez realizado em Milão proibiu o uso das línguas de sinais em escala global, promovendo a leitura labial como a forma de comunicação preferencial para surdos (SILVA, 2014). Essa proibição teve péssimas repercussões, retardando a disseminação da Libras no Brasil.

Apesar deste revés, a língua de sinais manteve-se em uso constante e a busca por sua legitimidade perdurou. Em 1993, o projeto de lei nº 4.066 (BRASIL, 1993) foi apresentado no Brasil com o intuito de regulamentar a Libras. Quase uma década depois, com a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi oficialmente reconhecida no país, representando um momento crucial e histórico no estabelecimento da Libras como uma língua legítima e vital para a comunicação e inclusão da comunidade surda no Brasil (BRASIL, 2002).

No livro 'Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem' de Ronice Muller de Quadros (2008), observamos que a Língua Brasileira de Sinais se manifesta como uma forma única e distinta de comunicação. Essa singularidade é fundamentada em elementos visuais, sinalizados e espaciais, conferindo à língua uma estrutura gramatical e vocabulário exclusivos. Na Libras, a comunicação se estabelece por meio de sinais, expressões faciais e movimentos corporais, utilizando todo o corpo como

meio de comunicação. A habilidosa combinação desses elementos resulta em uma gramática sofisticada, capaz de dar vida a frases e estruturas linguisticamente complexas.

Diferentemente do que muitos imaginam, a língua de sinais não é universal; mesmo a nível nacional, não há uma padronização, especialmente em um país tão vasto como o nosso. Em cidades como São Paulo, é possível identificar certos "bairrismos" entre grupos de surdos, nos quais sinais distintos são utilizados para descrever uma mesma situação (PACHECO; ESTRUC; ESTRUC, 2015). É importante considerar que a língua está intrinsecamente ligada à cultura em que se insere (COELHO; MESQUITA, 2013). Portanto, devido às diversas culturas existentes, tanto a língua oral quanto a de sinais podem variar entre diferentes grupos sociais.

Não bastassem as variações naturais que toda língua viva possui, sobre a Libras ainda pairam diversos mitos que precisam ser erradicados a fim de estabelecê-la como uma língua igual, com mesmo mérito, que qualquer outra língua oral, todos estes mitos já foram exaustivamente desmontados na literatura, especialmente por Albres e Xavier (2012). Além da falsa ideia de que ela seja universal, existe um imaginário de que sua expressividade seja limitada por não ser uma língua oral. Este mito surge de uma visão oralista da língua, o que pode ser considerado natural, já que há uma diferença inegável entre os grupos sociais de ouvintes e surdos: a audição. A Libras possui a mesma capacidade expressiva que qualquer outra língua e, caso surja uma necessidade de se expressar uma nova ideia, como a inserção de uma nova tecnologia em uma sociedade, essa mudança irá acarretar na língua a inserção ou modificação necessária (ALBRES; XAVIER, 2012).

Outra falsa ideia é a de que a Libras seja uma língua mais fácil – ou difícil – que o português ou outras línguas, o que foi refutado por uma análise bem simples: todas as crianças do mundo começam adquirir a língua materna com a mesma média de idade: balbúcio aos 6 meses de idade; estágio de primeiro sinal ou primeira palavra ao 1 ano de idade; estágio de dois sinais ou duas palavras ligadas aos 2 anos de idade; combinações de sinais ou palavras complexas aos 3 anos de idade; domínio da gramática básica aos 5 anos de idade (ibid). Sabendo que todas as crianças (em um cenário ideal) adquirem a língua materna com a mesma idade, fica impossível sustentar que qualquer língua seja 'mais difícil' ou 'fácil' de aprender. O que ocorre é

que algumas línguas são mais parecidas e por isso, na aquisição posterior sem ser por meio dos pais, são mais fáceis ou difíceis para adolescentes e adultos.

Considerando o mito anterior já desbancado, consideramos de extrema importância ressaltar que a Libras possui gramática própria, um sistema complexo e muito bem definido que a categoriza como língua e não como linguagem (ALBRES; XAVIER, 2012), o que elimina a pior das concepções: de que a Libras é derivada do português ou então tenha sido inventada por falantes (oralizados) de português. Seu sistema é completamente diferente do português brasileiro, sua ordem sintática – que no português é estabelecido por padrão como SVO (sujeito – verbo – objeto) – é tida como OSV (objeto – sujeito – verbo) com alta flexibilidade, dependendo do contexto visual da situação (ibid). Constata-se, portanto, que a Libras sofre sim influência de outras línguas como o português, mas não foi derivada desta e não é uma invenção, assim como qualquer língua natural, surgiu da necessidade social de uma comunidade surda em conviver, que só pode acontecer por meio da comunicação, por meio de uma língua própria.

3 Educação Inclusiva e os desafios da Inclusão

A Educação Inclusiva estabelecida pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) tem como objetivo primordial garantir o acesso à educação a todos, independentemente de suas diferenças, deficiências ou características pessoais. Essa abordagem transcende a simples integração de estudantes com necessidades especiais nas escolas regulares, representando a criação de um ambiente educacional que valoriza e acolhe a diversidade como um recurso enriquecedor. Adaptando o ambiente educacional para suprir as necessidades individuais de cada estudante, com base na premissa da singularidade de cada um. Dessa forma, proporciona um espaço de aprendizado acessível e significativo para todos (BRASIL, 2015).

No entanto, mesmo diante dos princípios essenciais da Educação Inclusiva, tais como a valorização da diversidade e a adaptação do ambiente educacional para atender às necessidades individuais de cada estudante, conforme descritos pela legislação, é fundamental reconhecer os desafios enfrentados por certos grupos, como os surdos, dentro do contexto da inclusão. Conforme destacado por Silva (2022), "a inclusão se trata de comunicação e interação". Para os surdos, entretanto,

essa inclusão pode se apresentar como um desafio substancial devido à carência de meios efetivos de comunicação. Conforme Mendes, Figueredo e Ribeiro (2015) a falta de acessibilidade comunicativa pode criar barreiras que comprometem a participação plena e a integração desses indivíduos em diversos âmbitos sociais, educacionais e comunitários. Assim, a superação desses obstáculos se torna indispensável para assegurar não apenas a presença, mas a participação ativa e significativa de todos os estudantes no ambiente educacional inclusivo.

Apesar dos avanços legislativos, persistem desafios significativos na implementação efetiva da Educação Inclusiva no Brasil, conforme previsto na Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015). Muitas escolas ainda carecem de infraestrutura adequada, formação de professores e recursos necessários para garantir a inclusão plena. No contexto da inclusão de alunos surdos, a escassez de intérpretes de Libras e de materiais didáticos adaptados representa um obstáculo específico (SILVEIRA, 2020). Essas deficiências evidenciam a necessidade contínua de investimentos em infraestrutura e formação de professores para garantir a inclusão plena.

Em síntese, a abordagem inclusiva respaldada pela Lei Brasileira de Inclusão representa um avanço crucial na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo os alunos surdos. Essa abordagem visa construir uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham igualdade de oportunidades para acessar a educação e participar plenamente na vida em sociedade. A verdadeira inclusão é uma jornada diária (FUMEGALLI, 2012) que requer o comprometimento contínuo do governo, das escolas e da sociedade civil (SILVEIRA, 2020). Somente através desse esforço conjunto podemos efetivamente superar esses desafios. Necessitamos de políticas públicas abrangentes, direcionadas não apenas para a garantia de infraestrutura e formação de professores, mas também para a promoção de programas de conscientização que visem à compreensão profunda das necessidades dos alunos surdos.

Levando em consideração toda a pauta da Educação Inclusiva, há de se considerar um problema que por algum motivo nunca é notado apesar de ser relativamente óbvio: existem diferenças entre os tipos de deficiência. Ao promover uma igualdade absoluta, acaba-se por desconsiderar as singularidades de cada grupo tratando todos da mesma forma. Essa *igualdade aparente* acaba por ser ineficiente, uma vez que as metodologias de ensino precisam ser adaptadas às dificuldades

encontradas no ensino. Para exemplificar melhor, apresentamos um relato de um egresso surdo coletado por Quadros (2008) em sua extensa pesquisa sobre a educação:

Antes o governo colocou todos juntos, cego, surdo, físico e mental. Melhor dividir, uma escola própria para físico, mental, cego e surdo. Cada um é diferente, **mas todos falam. O surdo não, ele tem outra língua** (...) (P3) (MACHADO, *in* QUADROS, 2008, p. 46)

Qualquer relação com a comunidade surda já destaca algo primordial para a compreensão da educação inclusiva, tratar todos igualmente parece ser uma maneira de se promover a igualdade, porém todos os grupos sociais que foram juntados falavam a mesma língua, o português brasileiro, com exceção de um grupo específico: os surdos. Para compreensão, seria a mesma coisa que tentar ensinar português para estrangeiros utilizando o inglês e promover a mesma política, aglomerar todos os estrangeiros no mesmo local para ensinar com igualdade: americanos, ingleses, canadenses, australianos, irlandeses, escoceses e... um chinês. Afinal, são todos estrangeiros, certo? Porém, com uma exceção, todos os grupos falam inglês, se sairiam bem em aulas de inglês para aprender português, com exceção dos chineses. É o que acontece atualmente com a política de inclusão, ao juntar todos os 'deficientes' na mesma sala, todos que estão tendo aulas em português e falam português se sairão bem, porém o surdo não fala a língua que está sendo falada. O maior desafio, portanto, parece ser demonstrar para as pessoas que os surdos não são capazes de dominar o português plenamente como se imagina, fato sustentado por todos os relatos dados e pela realidade da escrita de pessoas surdas que passaram em média 12 (doze) anos tendo aulas de português e mesmo assim não conseguem dominar perfeitamente a língua, conseguindo apenas escrever frases simples (ALBRES; XAVIER, 2012).

Para demonstrar como a eficiência do processo de ensino da língua portuguesa para surdos, apresentamos a seguir apenas um dos recortes de uma pessoa surda que passou pela escola regular sem intérprete, que consegue escrever em português, mas está longe de conseguir se inserir na sociedade com essa escrita (como passar em vestibulares, concursos, escrever cartas, ler bulas de remédio, manuais de instrução etc.):

Figura 2 – pessoa surda utilizando a rede social Instagram.



Eu fique felicidade, ver
equipe do Serviço Atendimento Móvel
de Urgência (SAMU) aprendem
comunicar com pessoas surdas em
Libras (Língua Brasileira de Sinais).
Professora Rosane Herther me convida
para dei ministrada formação prática
com sinais específicos na área da saúde
e primeiros socorros. Eles aprendem
desafios: Surdos (Libras),

Fonte: Perfil público de uma militante da causa surda no Instagram. Dados apagados para manter a integridade da pessoa.

Como vemos na figura 2, por mais que as pessoas surdas passem mais de uma década estudando a língua portuguesa, elas não conseguem dominar a língua igual um ouvinte, não poderiam, já que não são ouvintes. Essa diferença que acaba sendo ignorada acarreta uma diferença gigantesca na vivência da pessoa surda, é o que sustenta a Tese de Sapir-Whorf (WHORF, 1956), que apresenta argumentos de que a visão de mundo de um falante influencia a língua do falante, da mesma maneira como a visão de mundo da pessoa – neste caso da pessoa surda, que concebe o mundo diferentemente dos ouvintes – molda a maneira como ele se comunica (XAVIER, 2012).

Ainda para sustentar a diferença entre os grupos sociais que possuem algum tipo de deficiência, temos outro relato de um egresso surdo coletado por Machado (2008):

Na escola [regular] o surdo sempre roda, por exemplo, professor faz prova, surdo não sabe ler [comparou com a proficiência dos ouvintes], a nota é zero porque Português é diferente de Libras. O governo bota o surdo junto com o ouvinte, aí o surdo não consegue passar. Essa é a inclusão, né? [...] Por exemplo, na prova, trabalho, o surdo escreve, escreve, faz coisas erradas. Então o professor vai lá e coloca nota zero porque a cultura não é própria dele. A cultura é diferente, é outra língua. E o ouvinte não tem conhecimento. Aí o surdo roda, roda, não passa, fica triste. [...] A prova era tudo igual. Então eu tinha que ter reforço no IATEL. Aí, eu ficava em recuperação porque faltava ponto para passar e a redação sempre era difícil. Na Escola Técnica exigia muito raciocínio, mas tem trabalho, aí eu somava com a prova e passava. (P3)

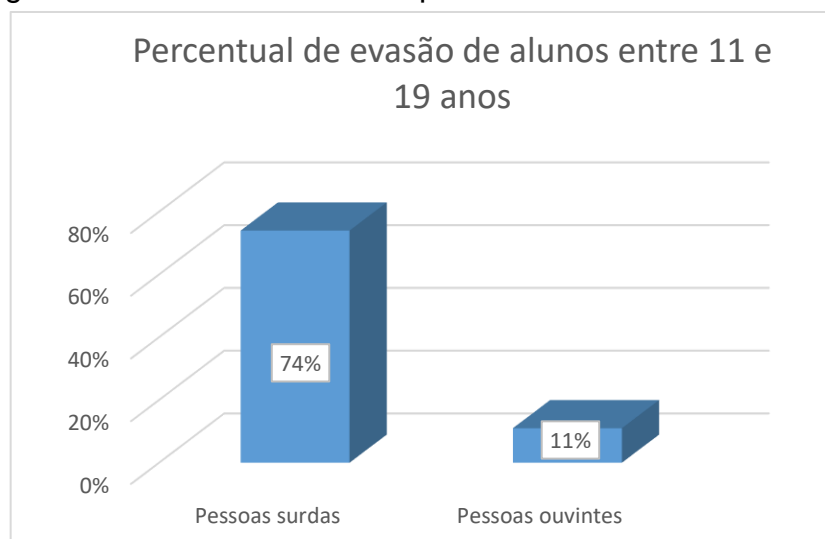
Quando falamos sobre os direitos das minorias, parece razoável que perguntemos às minorias o que elas querem, que a gente dê voz aos grupos que buscam igualdade. Julgamos, deste modo, extremamente relevante e assegurado o depoimento de um surdo sobre a questão dos surdos, que demonstra um consenso na comunidade surda sobre a ideia de *igualdade* que se tem hoje em dia.

4 Bilinguismo nas escolas regulares

Tratando do bilinguismo, ainda há uma relação direta entre a educação inclusiva. De acordo com Almeida e Córdula (2017) a integração de intérpretes de Libras, o desenvolvimento de materiais didáticos adaptados e a promoção da diversidade linguística são passos fundamentais nesse caminho. Somente através dessa abordagem multifacetada podemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a verdadeira inclusão seja uma jornada diária para todos.

Ao realizar uma análise abrangente por meio do levantamento bibliográfico, torna-se evidente o consenso entre especialistas em educação surda: alunos surdos que frequentaram o ensino regular enfrentaram consideráveis prejuízos cognitivos e sociais, perdendo anos cruciais, não apenas no âmbito educacional, mas também na vivência enriquecedora da cultura surda (QUADROS, 2006).

Figura 3 – Evasão escolar comparativa entre surdos e ouvintes



Fonte: Quadros (2004); UNICEF (2002).

A evasão escolar (Fig. 2) destaca-se como um dos principais desafios, como exemplificado pelo Repórter Assembleia de MG, onde a transição de um aluno entre

escolas resultou em uma defasagem de aprendizado, levando a perdas significativas ao longo de seu percurso educacional³.

O relato do aluno entrevistado destaca a experiência traumática de regressar à segunda série após cursar a quinta em uma escola regular. Esse retrocesso não apenas reflete a deficiência do sistema educacional em atender às necessidades específicas dos surdos, mas também ressalta a perda irreparável de tempo de aprendizado. Além dos anos dedicados aos estudos, a criança foi privada de um elemento fundamental na construção de sua identidade: a participação ativa na comunidade surda. Este exemplo ilustra vividamente como a falta de adequação do ambiente escolar pode resultar não apenas em lacunas educacionais, mas também em uma desconexão prejudicial à construção de uma identidade sólida. Para sustentar o problema das escolas regulares sem intérpretes, apresentamos outro relato de um egresso surdo coletado por Machado (2008):

"Para mim o professor falava muito rápido pá, pá, pá, ... Eu copiava, copiava e sempre procurava o atendimento paralelo" (depoimento de P3) (MACHADO, 2006)

Diante desse cenário, torna-se ainda mais crucial compreender a importância da implementação do bilinguismo nas escolas regulares, especialmente durante a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Uma vez que a utilização do bilinguismo nesses estágios é fundamental para promover uma educação inclusiva e eficaz, reconhecendo que é nessa fase que a aquisição da linguagem da criança acontece de forma mais intensa e efetiva (MACHADO, 2008).

O bilinguismo, nesse contexto, refere-se à habilidade de uma pessoa usar duas línguas de maneira eficiente. Embora normalmente associado à fluência em duas línguas faladas, para os indivíduos surdos, significa desenvolver a competência na Libras e no Português escrito (). Conforme afirmado por Quadros (2008) ele vai além da mera aquisição de linguagem, é identificado como um elemento fundamental na construção da identidade surda e na promoção do desempenho acadêmico e social. A legislação recente (Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021) corrobora essa

³ Reportagem de Assembleia de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f9qYzaNhmNo>. Acesso em 27 de nov de 2023.

abordagem, reconhecendo a educação bilíngue como essencial para o sucesso de educandos surdos (BRASIL, 2021).

A perspectiva bilíngue não apenas reconhece, mas também valoriza a diversidade linguística e cultural desses indivíduos. A Língua de Sinais, conforme destacado por Skliar (1997; apud LARA, 2019), desempenha um papel crucial como mediadora entre o surdo e seu meio social, permitindo a expressão de interpretações complexas do mundo. Este reconhecimento vai além da simples acessibilidade linguística; é uma valorização da riqueza e singularidade da cultura surda. No entanto, de acordo com Quadros (2008), a escola bilíngue não pode ser apenas bilíngue, ela deve ser também bicultural. Essa abordagem é fundamental para garantir não apenas o acesso à comunidade ouvinte, mas a participação ativa na comunidade surda, reconhecendo a importância da aprendizagem da língua portuguesa, mantendo-a como segunda língua dos surdos. Skliar reforça essa ideia ao dizer “[...] respeitar a pessoa surda e sua condição sociolinguística implica considerar seu desenvolvimento pleno como ser bicultural a fim de que possa dar-se em um processo psicolinguístico normal” (SKLIAR, 1995, p.16; apud QUADROS, 2008).

A maioria dos surdos quer escola para surdo e por isso está fora da escola. Eu me esforcei para, no futuro, me formar e ser professor surdo para as crianças surdas. Eu estudei, estudei, usei dicionário e fui aprendendo. Hoje, eu posso trocar com o ouvinte, assim, eu aprendo Português e ele aprende Libras. No futuro, vai ter professor surdo de novo, como antigamente. (P3) (MACHADO, 2008).

Ao introduzir o bilinguismo nas escolas regulares, não apenas as barreiras de comunicação são reduzidas, mas também é promovida uma interação mais fluida e eficaz entre todos os alunos. “Uma menina deficiente auditiva queria ir ao banheiro, só que ela pensava que a porta estava fechada e ela estava entrando no banheiro errado. Ai, falei para ela que o banheiro era de homem e não de mulher (depoimento A1 que utilizou a libras como forma de comunicação)” (UNIVESP, 2012). A perspectiva de Lacerda (2006) destaca que a inclusão de estudantes surdos pode proporcionar benefícios não apenas para esse público, mas também aos ouvintes, promovendo uma compreensão mais profunda das diferenças e estimulando o desenvolvimento de conceitos sobre surdez, língua de sinais e cultura surda por meio da convivência e interação.

Um exemplo prático que ilustra a implementação bem-sucedida do ensino bilíngue nas escolas regulares. É a escola Monsenhor Sebastião Scarzello, em

Joinville – SC (BALANÇO GERAL JOINVILLE,2019), que adotou uma abordagem bicultural e bilíngue, conforme preconizado por Quadros (2008). Nessa instituição, professores bilíngues, professores surdos e uma estrutura que valoriza tanto a Libras quanto o Português escrito tem conduzido a uma experiência educacional enriquecedora para alunos surdos e ouvintes.

“Depois que ele começou no colégio e começou a aprender libras certinho, ele ficou mais calmo, consegue conversar melhor com as pessoas. [...], se expressa melhor o sinal dele e o que ele quer. Ele não conseguia fazer tarefa no colégio essas coisas e agora ele consegue escrever direitinho. (depoimento de uma mãe do aluno que frequenta a escola)” (BALANÇO GERAL JOINVILLE, 2019).

A prática bem-sucedida da escola Monsenhor Sebastião Scarzello, destaca a viabilidade e os benefícios de um ambiente escolar inclusivo, onde a diversidade linguística e cultural é não apenas reconhecida, mas celebrada, contribuindo para o pleno desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes surdos.

Após a discussão sobre a importância do bilinguismo nas escolas regulares e seus benefícios para o desenvolvimento linguístico e cultural dos alunos surdos, é fundamental considerar o suporte legal que respalda essa abordagem. Nesse sentido, destaca-se o Art. 22 do decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), que estabelece as diretrizes para a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva nas instituições regulares de ensino responsáveis pela educação básica. Conforme essa legislação, a promoção da educação bilíngue, com a presença de professores bilíngues, não se restringe apenas aos primeiros anos da educação básica, mas perpassa toda a trajetória escolar do aluno, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio. Garantindo, assim, a participação ativa desses alunos em todo o percurso educacional. Essa legislação não apenas reconhece a singularidade linguística dos alunos surdos, mas também reforça a necessidade de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa para assegurar a efetiva comunicação e compreensão, promovendo, assim, um ambiente inclusivo e propício ao pleno desenvolvimento educacional e social dos estudantes surdos.

5 Formação continuada do profissional de educação

A abordagem da educação de surdos levanta questões cruciais em relação à inclusão e ao papel dos educadores. De acordo com a perspectiva de Vygotsky, a aprendizagem é fortemente influenciada pelo contexto social e a mediação da linguagem (REGO, 2013). Isso ressalta a importância de considerar a Libras ao

abordar a educação de surdos nas escolas regulares. Entretanto, surge um desafio significativo, uma vez que muitos professores carecem de domínio dessa língua (QUADROS, 2006).

O professor não tem conhecimento de como explicar mais claro para o surdo, então fica mais difícil, porque a leitura, o texto, é tudo para o ouvinte. E o ouvinte acha que o surdo tem a mesma língua dele. Mas não, é diferente [...] O professor pá, pá, pá... Falava e escrevia. Ele pedia para o aluno explicar para o surdo. O professor não queria explicar para o surdo. (depoimento de P3) (MACHADO, 2006).

Isso destaca a necessidade da preparação adequada para a inclusão da Língua Brasileira de Sinais nas instituições de ensino.

É fundamental que a preparação dos educadores englobe o reconhecimento da importância da Libras no processo de aquisição de conhecimento, na comunicação e no desenvolvimento dos alunos surdos (REGO, 2013), já que, os professores desempenham um papel crucial na formação de um entendimento sólido e no aprimoramento cognitivo desse grupo de estudantes. A formação de professores não apenas os capacita a transmitir conteúdo, mas também os habilita a criar um ambiente inclusivo, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua capacidade auditiva, possam ter igualdade de acesso ao processo de aprendizagem de uma maneira humanizada.

Além disso, é importante mencionar a visão de Paulo Freire (1996) sobre a formação de professores. Ele defende que essa capacitação deve ser contínua e crítica, levando em conta a realidade social e cultural dos alunos. Para Freire, a formação do professor deve envolver a reflexão crítica sobre a própria prática e a busca constante por novos conhecimentos e saberes, promovendo a autonomia e a emancipação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Há ainda uma ideia que sugere que os estudantes surdos devem ser inseridos em escolas regulares com o intuito de incorporar a "ouvintização" (PERLIN, 1998). Isso significa que a sociedade espera que os surdos se adaptem ao estilo de vida predominante, em vez de promover mudanças significativas para acomodá-los. No entanto, essa abordagem é criticada por não levar em conta a diversidade linguística e cultural dos surdos. Sem nos aprofundar na ideia de que a minoria deve se adaptar à vontade da maioria, precisamos levar em consideração que a noção de que eles

devem viver da mesma maneira que os ouvintes são fundamentalmente equivocada, já que as línguas e culturas são diferentes (SAPIR; WHORF, 1956).

Essa visão, que demanda que os surdos se conformem com a sociedade predominante, encontra resistência, especialmente entre os estudantes surdos que foram educados em escolas regulares com a justificativa de "terem contato com ouvintes e aprenderem o português". Contudo, a educação inclusiva deve honrar a diversidade e fomentar a igualdade de acesso ao conhecimento, sem exigir que os surdos renunciem às suas identidades e línguas para se adequarem.

“Nas escolas do Brasil, há proposta de inclusão e integração? Não tem escola que utilize a língua de sinais. Ainda não estamos interagindo, está havendo pesquisa sobre a visão dos surdos, tem que acabar com essa oralista. Na minha opinião, essa abordagem traz problemas complexos o surdo. Como vão concluir os estudos? [...] Vivemos o oralismo. Ou o surdo aprende assim, ou não estuda. (depoimento de P1)” (MACHADO, 2006).

O depoimento do informante, identificado como "P1" devido a questões éticas, destaca questões relevantes relacionadas à inclusão e integração nas escolas brasileiras. As principais informações extraídas são as seguintes: i) a crítica de que, na prática, não há inclusão e integração efetivas nas escolas do Brasil; ii) a conscientização sobre a lacuna curricular nacional, pois a Língua Brasileira de Sinais nem sequer está sendo considerada para inclusão nas escolas regulares; iii) a evidência de uma abordagem autoritária, onde o surdo se depara com apenas duas opções: aprender (se for possível) através do oralismo ou simplesmente abandonar a escola. Outro depoimento também coletado por Machado explicita essa desigualdade educacional:

“Com o oralismo fica difícil. O professor fala muito rápido. O ouvinte tem informação, mas o surdo não tem, então para o surdo torna-se muito difícil e ele não aprende. O ouvinte aprende mais rápido, o surdo não, aprende mais devagar porque muda a língua dele, a língua é diferente, Português/Libras, é diferente. Se inverter o ouvinte também não aprende, se fosse Libras o surdo aprenderia rápido e o ouvinte não. Sim, porque a capacitação própria dele é a Língua Brasileira de Sinais”. (depoimento de P3) (MACHADO, 2006)

Quando abordamos questões relacionadas a grupos minoritários, é essencial dar voz às experiências dessas pessoas para garantir representatividade nas decisões que afetam diretamente suas vidas. Nesse contexto, é significativo ouvir o testemunho de uma pessoa surda que frequentou escolas regulares, como expresso pelo informante P3. O depoimento enfatiza a dificuldade enfrentada pelos surdos devido ao oralismo, destacando a disparidade no ritmo da comunicação entre surdos

e ouvintes. O processo de ensino que prioriza a fala rápida do professor coloca o surdo em desvantagem, impedindo-o de acompanhar o conteúdo (QUADROS, 2006). A língua utilizada, seja Português ou Libras, também desempenha um papel crucial, influenciando o ritmo e a eficácia do aprendizado. O depoimento ressalta que a capacitação ideal para o surdo ocorre por meio da Libras, evidenciando a importância de considerar a diversidade linguística na educação inclusiva.

Assim, o relato de P3 reforça uma conclusão frequentemente reconhecida na literatura dos estudos surdos (QUADROS, 2006): a abordagem de "ouvintização" ou a imposição do oralismo ao surdo é ineficiente e injusta. Isso destaca a necessidade de repensar as práticas educacionais e adotar métodos que respeitem a diversidade linguística e as necessidades específicas dos estudantes surdos.

Ao analisarmos de forma ampla a educação desses alunos nas escolas regulares, torna-se evidente que a capacitação contínua dos educadores desempenha um papel fundamental nesse processo. A visão de Vygotsky (REGO, 2013), combinada com os valiosos depoimentos de P1 e P3 (QUADROS, 2006), destaca não apenas a necessidade de reconhecer a Libras, mas também de preparar os professores para compreenderem e promoverem ambientes educacionais inclusivos. A formação continuada não apenas capacita os educadores a transmitirem conhecimento de maneira eficiente, mas também os capacita a superar as barreiras comunicativas.

Sobre as competências educacionais e a luta dos movimentos surdos, o próprio MEC destacou em 1994 diretrizes curriculares para a educação de surdos que estavam de acordo com as demandas dos movimentos e das comunidades surdas, dentre elas:

- a) Presença do professor surdo, na sala de aula para contato com a representação de identidade surda, o que gerará uma atitude positiva para com essa identidade;
- b) Professor ouvinte com domínio de língua de sinais e capacitado para ensino de Português como segunda língua, participante do movimento da comunidade surda, o que vai possibilitar a vivência, ou seja, a experiência cultural presente;

- c) Contato do surdo com a cultura surda, movimento surdo, expressões culturais surdas, o que facilita a sintonia dos estilos de ensino com o estilo de aprendizagem e motivação dos estudantes.

Dentro da literatura, portanto, fica evidente as opções sobre a educação de surdos e a formação dos professores. Os estudantes surdos possuem as seguintes opções: i) escola regular com intérprete de Libras durante 100% do tempo todos os dias durante todos os anos de ensino; ii) escola especializada para surdos (MACHADO, in QUADROS, 2008). Vemos, portanto, que a **escola regular sem intérprete** nunca é uma opção, é, na realidade, a pior situação possível, a mais prejudicial.

É fundamental vencer o desafio do oralismo imposto aos surdos, permitindo aos educadores os recursos adequados para adotar abordagens pedagógicas inclusivas e promover um acesso igualitário à aprendizagem. O aprimoramento contínuo dos professores se destaca como fator importante para o êxito da inclusão educacional. A concepção de formação docente defendida por Paulo Freire (1996), enfocando a reflexão crítica e a busca incessante por novos conhecimentos, oferece uma base sólida para estabelecer um ambiente educativo verdadeiramente inclusivo.

Nesse sentido, é importante reconhecer o papel das políticas públicas como agentes fundamentais no fornecimento dos subsídios necessários para uma educação eficiente e inclusiva. Políticas públicas bem estruturadas devem garantir recursos adequados, formação contínua e apoio aos educadores, criando um ambiente propício a práticas de ensino inovadoras e inclusivas. O reforço destas políticas é, portanto, fundamental para garantir que a capacitação contínua de professores seja apoiada por estruturas que promovam eficazmente a inclusão e a equidade na educação.

6 Considerações Finais

Com base nas análises efetuadas, constata-se que os alunos surdos que acabam sendo inseridos em escolas regulares não tiram proveito algum das aulas e não adquirem nenhum tipo de conhecimento, seja ele educacional, referente ao conteúdo das disciplinas, ou cultural, referente aos costumes das pessoas ouvintes.

Eu apenas copiava, aprender alguma coisa era difícil. (P1)
(QUADROS, 2006)

Eu ia e aproveitava minha irmã. Ela não chegava a me ajudar. Minha irmã fazia e eu colocava o meu nome e entregava. Desculpe, não era eu quem fazia, e a professora sabia disso. (P4) (*ibid*)

Acima, temos relatos de egressos surdos, alunos que passaram pelo ensino regular sem intérprete e estão dando seu testemunho de como foi o processo educacional. Ora, se os alunos ouvintes já acabam por apenas aprenderem a copiar, é inevitável que o mesmo aconteça com os alunos surdos, que sequer entendem o que está sendo escrito ou falado. Fica evidente, portanto, que o sistema educacional do ensino regular sem intérpretes possui apenas uma consequência na vida dos surdos: exclusão social e educacional. Como aponta Quadros (2006), "as necessidades do aluno surdo frente ao processo educacional não são observadas e, conseqüentemente, tampouco suprida". Esta constatação evidencia a urgência de uma abordagem mais atenta e inclusiva no âmbito educacional, ressaltando a importância do bilinguismo para atender efetivamente às demandas específicas desses estudantes.

Apesar da existência de políticas públicas que citam a educação de surdos nas escolas regulares, a falta de inclusão de competências e habilidades específicas para educandos surdos em documentos norteadores, como por exemplo a BNCC (BRASIL, 2018), representa uma lacuna significativa. Isso contribui para a resistência dos professores em buscar formação em Libras, já que não há uma obrigatoriedade clara e respaldada por regulamentações.

Ademais, para promover uma educação significativa para alunos surdos, é imprescindível que as escolas desenvolvam projetos

A utilização de projetos na aprendizagem dos alunos pode trazer diversos benefícios, tais como: Resgate do educando para o processo de ensino-aprendizagem através de um processo significativo; recuperação da autoestima positiva do educando; desenvolvimento do raciocínio lógico, linguístico e a formação de conceitos; desenvolvimento da capacidade de buscar e interpretar informações; condução, pelo aluno, do seu próprio processo de aprendizagem ; desenvolvimento de atitudes favoráveis a uma vida mais autônoma e participativa. (GUEDES et al., 2017)

Para potencializar ainda mais esses benefícios, é fundamental que tais projetos incluam ativamente as famílias dos alunos surdos, criando uma parceria efetiva entre escola e comunidade. Envolvê-las no aprendizado da língua de sinais não apenas

fortalece a identidade cultural dos alunos surdos, mas também cria uma ponte vital entre o ambiente escolar e o ambiente familiar (XAVIER, 2012). Dessa forma, o aluno se sentirá pertencente à cultura surda não apenas dentro da escola, mas também em sua vida cotidiana. “A escola tem sido transformadora. Aqui ele se sente acolhido, quer vir até nos fins de semana. O suporte a ele é imenso assim como para os pais e familiares. Eles estão transformando a realidade do meu filho, e das crianças ouvintes da escola que estão mais tolerantes a diferença. (depoimento da mãe de um aluno que estuda na escola Monsenhor Sebastião Scarzello)” (OCPNEWS, 2019).

Portanto, é crucial ressaltar que não se pode esperar que um aluno surdo entre em sala de aula para que medidas efetivas sejam tomadas. Pelo contrário, a responsabilidade recai diretamente sobre os ombros dos educadores, que precisam estar devidamente capacitados e preparados para receber alunos surdos. A formação em Libras não deve ser uma opção, mas sim uma necessidade fundamental para todos os professores, garantindo que, desde o primeiro dia de aula, o ambiente seja acolhedor, inclusivo e propício ao aprendizado de todos os estudantes, independentemente de sua capacidade auditiva. Essa abordagem proativa é essencial para romper as barreiras existentes e promover uma educação verdadeiramente igualitária.

Apesar dos relatos e das sustentações feitas neste trabalho, gostaríamos de ressaltar que a raiz do problema, todas as reivindicações não são, em hipótese alguma, sempre culpa do professor, muito pelo contrário. Há um problema sistêmico na educação que condiciona o profissional a seguir um só caminho. Evidentemente, sabemos o quão difícil é o papel de um educador nos dias de hoje, todas as críticas recebidas de falsas acusações de doutrinação ideológica, o desrespeito profissional, a defasagem salarial, todos os aspectos sociopolíticos possíveis. Entendemos que colocar mais um problema nas mãos dos educadores pode não parecer justo, e realmente, não é. Mas há de se considerar o diálogo entre os profissionais da área, para que haja, pelo menos, um primeiro passo para a mudança, que costuma ser a conscientização.

Espera-se que o presente trabalho traga luz ao problema, servindo de amparo teórico e fundamental para futuros pesquisadores e interessados no tema, para que a informação seja veiculada e os problemas da comunidade surda e da Libras sejam desmistificados. Esta pesquisa teve um cunho qualitativo, de levantamento

bibliográfico com a finalidade de divulgar o conhecimento científico desenvolvido por anos na área dos Estudos Surdos, mas que, mesmo atualmente, parece não ser disseminado senão em um nicho muito estreito. É por meio da divulgação que esperamos promover o primeiro passo da conscientização.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino (Org.) ; XAVIER, A. N. (Org.) . Libras em estudo: descrição e análise. 1. ed. São Paulo: FENEIS, 2012. 145p .

ALMEIDA, Severina Mariano da Silva; CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. O papel do intérprete de Libras no processo de ensino- aprendizagem do(a) aluno(a) surdo(a). *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/14/o-papel-do-intprete-de-libras-no-processo-de-ensino-aprendizagem-do-a-aluno-a-surdo-a>.

BALANÇO GERAL JOINVILLE. Joinville tem a primeira escola bilíngue, libras/português, do estado. YouTube, 14 de jan. de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/LHuMfK_TEfM?si=IEaFenGOW5i_Ihpa>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:< http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf>. Acesso em: 20 de nov de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

BRASIL. Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957, Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3198.htm. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Brasília, 3 de agosto de 2021; 200ª da Independência e 133ª da República. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília, 24 de abril de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm . Acesso em: 06 de junho de 2023.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 4.066/ DE 1993. Dispõe sobre a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1138561&filename=Dossie-PL%204066/1993. Acesso em: 20 de setembro 2023.

COELHO, Lidiane Pereira; MESQUITA, Diana Pereira Coelho de. Língua, cultura e identidade: Conceitos intrínsecos e interdependentes. ENTRELETRAS, Araguaína/TO, v. 4, n. 1, p. 24-34, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/download/975/516/3526> Acesso em: 12 de novembro 2023

DE QUADROS, Ronice Müller. Estudos surdos I. Arara Azul, 2006.

DIAS, Cristina Blauth. A Comunicação e a importância de se comunicar bem, XVII Fórum da rede municipal de Ensino. Secretaria de educação de Novo Hamburgo. 2019. Disponível em: https://novohamburgo.rs.gov.br/sites/pmnh/files/secretaria_doc/2019/02_A%20COMUNICA%C3%87%C3%83O%20E%20A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DE%20SE%20COMUNICAR.pdf. Acesso em: 03/10/2023.

PRADO, Windson. Escola de Joinville aposta em formação bilíngue e transforma comunidade. OCPNEWS, 2019. Disponível em: < <https://ocp.news/especiais/escola-de-joinville-aposta-em-formacao-bilingue-e-transforma-comunidade>>. Acesso em: 20 de nov. de 2023.

FERNANDES, Vanessa Mendes. A importância da comunicação em Libras para o surdo brasileiro / Vanessa Mendes Fernandes. UFPB/CE, João Pessoa, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14177/1/VMF14112018.pdf>.

Acesso em: 15 de setembro de 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. rev. ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão escolar**: o desafio de uma educação para todos? UNIJUÍ, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamogografia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 06 de junho de 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

LARA, Kethleen Thalia De. Ensino e aprendizagem: a importância das escolas bilíngues na educação dos surdos. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60285>>. Acesso em: 15/11/2023 18:36

LACERDA; Cristina Broglia Feitosa. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre estas experiências. In: **Caderno Cedes**, Campinas, vol 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago.2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?format=pdf>>. Acesso em: 10 abril de 2023.

MENDES, Ana Q. S.; FIGUEREDO, Fernanda; RIBEIRO, Antônio C. Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos. Revista de Iniciação Científica Cairu, jun. 2015. Disponível em: https://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/03_INCLUSAO_ALUNOS_SURDOS.pdf

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. SCRIBD. Universidade Estadual de Maringá 02 a 04 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/382967219/historia-educacao-surdos-2>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

OLIVEIRAL, Wéber Félix de. Corpo, comunicação e cultura: A construção de pontes comunicativas entre o sujeito e o mundo externo. **PANORAMA**, v. 8, n. 1, p. 18-21, 2018. ISSN 2237-1087 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326636784_corpo_comunicacao_e_cultura_a_construcao_de_pontes_comunicativas_entre_o_sujeito_e_o_mundo_externo Acesso: 14 de setembro de 2023

PACHECO, Jonas; ESTRUC, Eduardo; ESTRUC, Ricardo. **Curso Básico da Libras (Língua Brasileira de Sinais)**. 2015. Disponível em: <https://clubedelibras.ufc.br/wp-content/uploads/2021/04/apostila-cursobasicolibras-2015.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023

PEREIRA JUNIOR, Lucimar da Silva. Educação de surdos no Brasil: atendimento educacional especializado para pessoas com surdez na Educação Escolar Indígena. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v.22, nº 31, 23 de agosto de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/educacao-surdez-na-educacao-escolar-indigena>. Acesso em: 22 de setembro de 2023

QUADROS, Ronice Muller de; MACHADO, Paulo César. Integração / Inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo. In: QUADROS, Ronice Muller de Quadros (org.). *Estudos Surdos I*. Rio de Janeiro, 2006.

QUADROS, R. M. *Língua de Sinais brasileira; estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. *Currículo Paulista*, SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, 2019.

DE QUADROS, Ronice Muller. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2008. E-book Kindle.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Editora Vozes Limitada, 2013.

SILVA, Lucykênia Lima da. Inclusão de alunos surdos no ensino regular: desafios, realidade e expectativas frente ao desenvolvimento de metodologias de ensino e necessidades do sistema educacional. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 34, 13 de setembro de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/34/inclusao-de-alunos-surdos-no>

ensino-regular-desafios-realidade-e-expectativas-frente-ao-desenvolvimento-de-metodologias-de-ensino-e-necessidades-do-sistema-educacional#:~:text=A%20Unesco%20determinou%20que%20a,aprendizagem%20ao%20longo%20da%20vida.

SILVA, Silvana Marques da. Surdez, Identidade e Subjetividade: Da deficiência à diversidade cultural. Universidade Católica de Brasília. Brasília. 2014. Disponível em: <https://bdt.d.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1844/1/Silvana%20Marques%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

SILVEIRA, Jader Luís da. Abordagens Sobre Educação Inclusiva / Jader Luís da Silveira. – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2020. – (Abordagens Sobre Educação Inclusiva; v. 1). 26 p.

XAVIER, A. N.. De que forma a disciplina ?libras? pode contribuir com a formação de professores para a educação inclusiva?. Revista Sinalizar, v. 3, p. 3-24, 2018.

XAVIER, A. N.; NEVES, S. L. G. . Descrição de aspectos morfológicos da libras. Revista Sinalizar, v. 1, p. 130-151, 2016.

UNICEF. Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 24 de novembro de 2023.

UNIVESP. D-24 – Estudantes Surdos e Bilinguismo no Ensino Regular. YouTube, 20 de set de 2012. Disponível em: <<https://youtu.be/S6PrJcPJles?si=s27pdvJ2FYi1w7Gg>>. Acesso em: 20 de nov de 2023

WHORF, B. (1956). Language, thought, and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf. Cambridge: MIT